

CDU 330.1

DINÂMICA E INSTABILIDADE: A ECONOMIA EM MOVIMENTO*

Moacir dos Anjos Júnior
Pesquisador da Fundação
Joaquim Nabuco

1. INTRODUÇÃO

Realizar qualquer estudo que tenha por objeto economias capitalistas implica a adoção — explícita ou não — de uma determinada “visão” sobre os processos que explicam o movimento de suas principais variáveis ao longo do tempo¹. É evidente que cada uma dessas abordagens tem implicações distintas quanto à capacidade que os diversos agentes que interagem no espaço econômico têm de, através de suas ações, impor à economia uma configuração específica. Não é por outro motivo, aliás, que os diferentes paradigmas econômicos se encontram permanentemente em conflito, em busca de espaços de afirmação e consolidação, seja nas universidades, na burocracia estatal ou mesmo na mídia. A existência dessa pluralidade de interpretações, contudo, não deve ser confundida, em absoluto, com a possibilidade de analisar um mesmo objeto de distintas formas alternativas, todas supostamente corretas. “Uma teoria econômica que esteja seriamente empenhada em ser aplicada à realidade não pode ser nem uma doutrina ideológica (...), nem uma verdade tautológica por definição (...), deve ser uma hipótese sobre como uma economia real opera. E hipóteses têm que ser examinadas primeiro por seu conteúdo lógico e plausibilidade a priori, an-

* Este artigo é baseado nas seções 1, 2 e 3.1 de M. Anjos, Jr., *A Teoria da Dinâmica Econômica*, 1989, elaborado para a empresa de consultoria “Cláudio Porto & Consultores Associados”.

tes de serem aplicadas a experiências históricas e contemporâneas¹².

É neste sentido que será proposto, neste artigo, um referencial teórico mínimo para pensar o movimento das economias capitalistas ao longo do tempo, buscando coerência não só em relação a seus postulados internos básicos mas, principalmente, em relação às características fundamentais e constitutivas destas economias.

Esta abordagem se baseia, sobretudo, em autores pós-keynesianos³, embora tenha-se buscado compatibilizá-los, de forma não-eclética — vale dizer, sem violentar sua lógica interna —, com outras importantes contribuições, permitindo a compreensão do movimento da economia capitalista sob uma perspectiva **dinâmica**⁴. Esta postura se coloca ao lado de uma tentativa recente de contraposição à análise estática, largamente hegemônica no pensamento econômico e que tem no conceito de **equilíbrio** sua principal idéia-força. Nesta visão convencional, a abordagem dinâmica — quando é feita — refere-se, em boa parte, a afastamentos circunstanciais de uma suposta posição de equilíbrio, ocasionada por algum fator externo, e a volta a este ponto num período subsequente. A abordagem dinâmica, ao contrário, tem como uma de suas principais contribuições — na qual iremos nos deter — a demonstração da possibilidade do rompimento de uma situação aparentemente estável através da atuação das próprias forças que a estabeleceram. Ou seja, a demonstração de que a instabilidade é uma potencialidade sempre presente e que tem suas causas determinadas por fatores endógenos, ligados ao próprio funcionamento das economias capitalistas. A escolha da abordagem dinâmica como a mais relevante, portanto, não se dá por qualquer razão apriorística, nem por tratar-se apenas de uma forma alternativa de abordar a economia capitalista — um mero instrumental. Ela deve ser entendida, ao contrário, como uma imposição e exigência das características do próprio objeto abordado.

Para fundamentar tal argumento, a seção seguinte apresentará os principais contornos de uma teoria da dinâmica, estabelecendo quais as variáveis fundamentais à compreensão do movimento das economias capitalistas, enquanto que as seções 3 e 4 serão dedicadas à explicação do funcionamento destas variáveis ao longo do tempo. A seção 5, por fim, apresentará um resumo e algumas conclusões das idéias aqui discutidas.

2. A DINÂMICA ECONÔMICA: UM ESBOÇO

Para determinar as principais variáveis que, de forma articulada, constituem um corpo teórico coerente e adequado à análise do movimento das economias capitalistas ao longo do tempo, é preciso destacar, inicialmente, quais os elementos básicos que singularizam o objeto abordado.

As principais características de uma economia capitalista referem-se a seu caráter mercantil, enquanto aspecto mais geral. Por um lado, os agentes econômicos privados não produzem tudo aquilo que consomem, que precisam para reproduzir-se ao longo do tempo. Através da divisão social do trabalho, eles especializam-se na produção de uma mercadoria específica, sendo no processo de troca que conseguem as demais mercadorias necessárias à sua sobrevivência. Desta forma, não se bastam para reproduzir-se, havendo necessidade do estabelecimento de alguma forma de sociabilidade entre os mesmos⁵. E é exatamente através deste processo de troca que é tecida esta sociabilidade, pela qual a **moeda** torna-se — não só enquanto padrão de preços e meio de pagamento, mas também por ser representante geral da riqueza — elemento de coesão social⁶. Por outro lado, porém, as decisões do quanto e do que produzir são **autônomas**, não havendo aí nenhuma regulação consciente. Há, isto sim, uma interdependência entre os diversos agentes econômicos, através da qual seus atos têm implicações recíprocas, estabelecendo relações de concorrência e complementariedade entre eles. Decisões são tomadas sem que seja possível conhecer previamente seus resultados, em função das decisões alheias. Assim, embora o comportamento da economia dependa de decisões individuais, ele não é deduzido da soma destas decisões, mas do que resulta de sua interdependência.

Existe, portanto, uma interação **temporal** das **decisões autônomas** capitalistas, através da qual são conformadas **trajetórias** das variáveis resultantes destas decisões; quais sejam: níveis de produção, emprego, renda, investimento, preços, etc. E a abordagem que tente compreender o funcionamento desta economia não pode ignorar tal aspecto, sendo este o propósito e a ambição da teoria da dinâmica.

As análises estáticas são incapazes de abarcar este aspecto por terem como pressuposto teórico a idéia de equilíbrio, o que as torna bastante restritivas. O equilíbrio é apenas uma das inúmeras possibilidades que as trajetórias podem assumir ao longo do tempo, existindo $n-1$ possibilidades

de ele não acontecer. Partir da noção de equilíbrio implica ter que provar sua inexorabilidade sem violentar o objeto, sem o que sua utilização perde todo o sentido. Como, porém, a economia capitalista não se regula conscientemente — é anárquica —, resultando trajetórias temporais dos níveis de atividade a partir de decisões autônomas que interagem no tempo, dizer que esta trajetória é equilibrada ou tende a um suposto equilíbrio, é restringir um processo aberto e temporal a uma idéia apriorística. Equilíbrio só vai acontecer por absoluta coincidência, não havendo nenhuma razão que conduza o sistema para uma posição de repouso.

Apenas podemos afirmar que, sob determinadas condições restritivas, algumas trajetórias são possíveis. E é na discussão dessas trajetórias — embora sem violentar as características da economia capitalista — que a teoria da dinâmica pode contribuir para a compreensão do seu movimento ao longo do tempo.

Desta forma, é preciso explicitar melhor alguns conceitos que justificaram a opção pela abordagem dinâmica. Em primeiro lugar, devemos precisar que decisões são estas que interagem ao longo do tempo. Para tanto, voltaremos a nos deter nos caracteres gerais de uma economia capitalista: há uma divisão social do trabalho, a produção é feita para a troca, os produtores são autônomos, e, conseqüentemente, o dinheiro representa todas as demais mercadorias, constituindo-se em equivalente geral e, portanto, elemento de coesão social.

Numa economia com estes elementos básicos, a cada relação quantitativa de troca associa-se um fluxo monetário; a cada compra (pagamento) corresponde uma venda (recebimento). Contudo, a este fluxo está associado apenas um tipo de decisão, a única possível de ser tomada por um determinado agente econômico num ato de troca: a **decisão de gastar**. A igualdade contábil entre despesa (pagamento) e receita (recebimento) é determinada pelas decisões de gasto dos agentes econômicos, estabelecendo um sentido de causalidade nas relações de troca. "Portanto, tomando-se o conjunto das transações efetuadas numa economia mercantil durante um período de tempo arbitrário, o fluxo monetário total de receitas, idêntico ao de despesas, a elas correspondente terá sido determinado pelas decisões individuais de **gasto** dos agentes econômicos na aquisição de mercadorias (bens e serviços)"⁷. Assim, a **renda** gerada num dado período de tempo refere-se aos **gastos** efetuados nesse período, o que

faz dos gastos a variável independente no processo de determinação dos níveis de atividade da economia. E embora os gastos a cada momento sejam influenciados pela renda passada, eles não guardam uma relação de dependência para com esta, o que inverteria a causalidade acima exposta. O volume de gastos pode se deslocar da renda passada em função, seja da acumulação própria dos agentes, seja da existência de um sistema de crédito, tanto mais importante quanto mais desenvolvida financeiramente for a economia. Assim, as decisões de gasto dependem, por um lado, do **poder de compra** disponível a cada agente econômico (acumulação própria + acesso ao sistema financeiro) e, por outro lado, dos fatores que os animam a efetuá-los, quais sejam, suas expectativas de ganho futuro. Portanto, o nível de gasto presente pode ser maior, igual ou menor que o nível de **renda prévio**, o que faz as **decisões de gasto** as mais relevantes — por sua independência — para compreender a variação dos níveis de atividade ao longo do tempo, ou seja, para entender as trajetórias temporais — dinâmicas — do capitalismo.

Em segundo lugar, se buscamos compreender de que forma as decisões de gasto interagem no tempo, é preciso esclarecer qual a temporalidade associada a estas decisões, quais os efeitos do tempo sobre nosso objeto. Em princípio, podemos enumerar três:⁸

1. O primeiro (e mais óbvio) é o efeito que o passado tem sobre o presente. Uma decisão de gasto hoje deve considerar, necessariamente, as decisões tomadas no passado, posto que estas deixam marcas, não sendo reversíveis, ou seja, o tempo é unidirecional. Existem, portanto, aspectos estruturais e institucionais que permanecem ao longo de vários períodos.
2. O efeito do presente sobre o futuro, por sua vez, assemelha-se ao acima tratado, apenas atuando em relação ao período subsequente. As decisões tomadas hoje impactarão no futuro, marcando a estrutura da economia. A diferença está no fato que, como as decisões não são instantâneas — isto é, levam tempo para se concretizar —, podem ser revogadas em seu decurso a um determinado custo. Isso pode ocorrer a partir de uma reavaliação, por parte dos agentes que as tomaram, sobre sua conveniência ou não.
3. O efeito do futuro (esperado) sobre o presente. Quando os agentes tomam decisões, eles comprometem recursos durante um determinado período de tempo e sob uma certa forma. Ou seja, decisões implicam escolhas sobre manei-

ras alternativas de manter riqueza. E como o resultado de suas decisões só vai ser conhecido no futuro, eles precisam formar expectativas sobre este futuro desconhecido para tomar decisões no presente. Este efeito do tempo sobre as decisões de gasto possui, por sua imponderabilidade, importância crucial na tomada de decisões dos agentes e, portanto, nas trajetórias dinâmicas daí advindas.

Os agentes econômicos fundamentais da economia capitalista podem ser agrupados em duas classes: os empresários e os trabalhadores. Contudo, os agentes relevantes para explicar a atividade econômica e suas flutuações (dinâmica) são os primeiros, posto que são eles os proprietários da riqueza (meios de produção) e detentores do comando sobre os recursos financeiros, cabendo-lhes a autonomia de efetivar ou não o uso dos recursos existentes na economia⁹. Restringiremo-nos, portanto, à análise das decisões tomadas por estes agentes e às possíveis trajetórias que as variáveis econômicas podem assumir ao longo do tempo em função daquelas.

Podemos distinguir, por sua vez, dois conjuntos de decisões que os empresários vêem-se obrigados a tomar regularmente. O primeiro diz respeito a que uso dar ao capital existente. Dada a técnica e as preferências dos indivíduos (ou seja, como e o que produzir) é preciso tomar uma decisão a respeito do quanto produzir, de qual será o grau de utilização da capacidade do capital existente. Estas decisões não implicam o adicionamento de nova capacidade produtiva (investimento), mas tão-somente na medida em que esta será utilizada, remetendo a um prazo de maturação curto para sua concretização. Desta forma, podemos associá-las a **expectativas de curto prazo**.

O segundo conjunto de decisões refere-se, em oposição ao anterior, ao adicionamento de nova capacidade produtiva na economia, ao investimento. Assim, estas decisões devem levar em conta não apenas o estoque de capital existente (e as variações de sua utilização), mas também expectativas sobre as conseqüências que a ampliação desse estoque pode trazer, quando concretizada, em termos de ganhos para quem a faça. Desta forma, como este processo exige um prazo de maturação maior que o anterior, podemos associar estas decisões a **expectativas de longo prazo**, já que seu horizonte de cálculo ultrapassa a mera utilização do equipamento existente.

Embora qualitativamente diferentes, ambos os conjuntos de decisões dizem respeito à manutenção e valorização

do estoque de riqueza de cada empresário, constituindo um amplo leque de alternativas possíveis, e a cada uma dessas decisões podem ser associadas distintas trajetórias temporais do nível de atividade da economia. Passemos, pois, a analisar mais detidamente estes dois conjuntos de decisões empresariais que animam a dinâmica capitalista.

3. PRODUÇÃO E GASTO: EM BUSCA DE UMA CAUSALIDADE

Ao decidir o grau de utilização de seu equipamento, cada empresário estará decidindo, individualmente (e, por extensão, também a nível agregado), o nível de **emprego e produção**. Esta decisão deverá ser tomada tendo em conta suas **expectativas**, por um lado, quanto aos **custos** de produção, e, por outro, quanto às **receitas** de venda do produto em várias escalas possíveis, optando por aquela que maximize o seu ganho **esperado**¹⁰. E ao decidir por um certo nível de produção (e, portanto, de emprego) os empresários incorrem numa série de contratos monetários que vão gerar um fluxo de compromissos de pagamento, tais como os salários dos trabalhadores e os contratos de fornecimento de insumos. Ou seja, eles se comprometem contratualmente (hoje) em função de uma certa expectativa de vendas futuras suficientes para saldar estes compromissos. Mas o valor das vendas num determinado período (renda) é, como vimos, determinado pelo total dos **gastos** efetuados neste mesmo período; assim, os empresários têm que decidir o quanto vão **produzir hoje** em função de suas expectativas sobre o quanto vai se **gastar no futuro**, não havendo nenhuma garantia de que suas expectativas vão ser confirmadas.

Há, portanto, uma importante e dupla ligação das decisões de produzir com o **futuro**. Por um lado, essas decisões implicam contratos, promovendo uma amarração do presente em direção ao futuro; por outro lado, elas são tomadas de acordo com expectativas, o que as faz dependentes do futuro desconhecido. As expectativas sobre o **futuro incerto** desempenham, assim, um papel importante na determinação do nível de produção e emprego em cada momento do tempo.

É preciso deixar claro que por **incerteza** entende-se algo totalmente distinto de **risco**, pois para um acontecimento **arriscado** podemos calcular probabilisticamente as chances dele ocorrer, enquanto que um acontecimento **incerto** escapa a qualquer forma de cálculo probabilístico. "(...) Por conhecimento 'incerto' não pretendo apenas distinguir o que é co-

nhecido como certo, do que apenas é provável. Neste sentido, o jogo de roleta não está sujeito à incerteza, nem sequer a possibilidade de se ganhar na loteria. Ou ainda, a própria esperança de vida é apenas moderadamente incerta. Até as condições meteorológicas são apenas moderadamente incertas. O sentido em que estou usando o termo é aquele segundo o qual a perspectiva de uma guerra européia é incerta, o mesmo ocorrendo com o preço do cobre e a taxa de juros daqui a vinte anos, ou a obsolescência de uma nova invenção, (...). Sobre estes problemas não existe qualquer base científica para um cálculo probabilístico. Simplesmente, nada sabemos a respeito”¹¹.

As causas dessa incerteza radical sobre o futuro residem, mais uma vez, nas próprias características do objeto aqui tratado, a economia capitalista. Como as decisões são autônomas, onde nenhum dos agentes sabe o que os demais vão fazer, não há como se calcular as probabilidades de uma determinada situação ocorrer no futuro. Cada decisão tomada, cada escolha feita, altera individual e irrevogavelmente o ambiente econômico, não havendo formas de saber antecipadamente o resultado conjunto destas decisões¹². Numa economia onde todos soubessem o que os outros iriam fazer não haveria escolhas para serem feitas, nem decisões para serem tomadas. O futuro seria previsível¹³.

Entretanto, e apesar da incerteza quanto ao acerto ou não das decisões tomadas, os empresários decidem regularmente o quanto vão produzir e empregar a cada período. E para tomar suas decisões, eles se apóiam, primeiro, no conhecimento específico do seu setor e, segundo, na história recente do mesmo, em seu funcionamento no passado próximo. “Isso porque, embora a produção e o emprego sejam determinados pelas expectativas a curto prazo do produtor e não pelos resultados obtidos no passado, mesmo assim os resultados mais recentes desempenham papel predominante na determinação dessas expectativas. Seria complicado demais elaborar as expectativas **de novo** toda vez que se iniciasse um processo produtivo; mais do que isto, seria perder tempo, porque, de modo geral, grande parte das circunstâncias se mantém substancialmente invariável de um dia para outro. É, portanto, com razão que os produtores baseiam suas expectativas na hipótese de que a maioria dos resultados observados mais recentemente continuará salvo no caso de haver motivos definidos para se esperar uma mudança”¹⁴. Desta forma, o comportamento empresarial baseia-se na **convenção** de que o

passado, na ausência de um indicador melhor, pode ser um bom guia para o que vai acontecer no futuro.

Além disso, as decisões capitalistas, a cada momento do tempo, estão inseridas num determinado padrão de acumulação que instaura limites (ainda que passíveis de serem rompidos) aos prováveis cenários com que os empresários vão-se defrontar no futuro próximo. Tais limites expressam-se tanto sob formas institucionais socialmente legitimadas e ordenadoras do comportamento empresarial, quanto sob estruturas econômicas que exibem variados graus de rigidez a nível de padrão de consumo e base tecnológica¹⁵. Estes aspectos, aliados a uma intervenção estatal estabilizadora e a técnicas privadas de planejamento — características próprias das economias capitalistas maduras — garantem um grau mínimo de previsibilidade do comportamento coletivo e, portanto, a aceitação do comportamento convencional.

É na interação ao longo do tempo das decisões de produção, tomadas sob um comportamento convencional, que podemos entender a **dinâmica** associada àquelas. Embora o montante de produção decidido num dado momento seja fruto tanto das expectativas das vendas a realizar quanto das imediatamente realizadas, mudanças não esperadas no ambiente econômico podem provocar frustrações. A questão que se coloca, então, é de que forma a **não confirmação das expectativas** (formuladas com base no passado recente) influenciariam as futuras decisões de produção. Ou seja, como encadear-se-iam as decisões de curto prazo dos empresários ao longo do tempo e, portanto, quais trajetórias dinâmicas poderíamos esperar desta interação temporal.

No interior de um mesmo período, o ajuste a uma frustração de expectativas vai se dar via preços e/ou estoques, a depender do setor ser mais ou menos flexível no processo de formação de preços. No entanto, esses resultados **realizados** serão relevantes na formação das expectativas que vão determinar o nível de produção no período seguinte. No curto prazo, os produtores modificam suas previsões de maneira **gradual**, em função mais dos resultados obtidos do que tendo em vista mudanças prováveis. Assim, as divergências entre resultados **esperados** e **realizados** vão orientando, ao longo do tempo, as decisões de produzir que, **por serem reversíveis a um baixo custo**, num período seguinte, podem ir se adaptando a este processo¹⁶.

Portanto, a dinâmica associada à interação temporal das decisões de produzir não promove trajetórias que possam

ter suas formas previamente delineadas. Como as decisões de curto prazo não se pautam pela possibilidade de alteração das forças produtivas — e sim pelo grau de sua utilização —, as trajetórias que delas resultam (em termos de níveis de produção e emprego) são fruto do processo de acerto/erro das expectativas de vendas futuras. E, assim, vão assumindo configurações próprias a cada situação específica. Se as expectativas se confirmam, as decisões de produzir no período seguinte vão se dar sob o signo do sucesso e, portanto, incorporando a crença em novos resultados positivos; se, ao contrário, há frustração e acúmulo de estoques indesejados, a produção no período seguinte deve se dar em um nível inferior àquele não realizado. Vemos, então, que a dinâmica das decisões de produzir (curto prazo) está subordinada aos resultados obtidos nos períodos anteriores ao de cada uma dessas decisões. Estes resultados, por sua vez, referem-se às vendas da produção; ou ainda, vindo por outro lado, aos **gastos** efetuados em cada período.

A produção numa economia capitalista pode ser, esquematicamente, dividida em dois grandes grupos de bens: aqueles destinados ao consumo e aqueles destinados à ampliação da capacidade produtiva (bens de investimento). Como os gastos em relação aos primeiros dependem, primordialmente, do próprio nível de produção e emprego (e, portanto, salários) e já que este depende, como vimos, do nível geral de gastos, é justo afirmar que são os gastos em **bens de investimento** aqueles capazes de impor maior ou menor dinamismo às economias capitalistas, e, portanto, definir as trajetórias temporais de suas variáveis mais relevantes. Passemos, portanto, a discutir o segundo e fundamental conjunto de decisões empresariais que explicam e promovem a dinâmica capitalista.

4. INVESTIMENTO E INSTABILIDADE

As decisões de **investir** diferem das de **produzir** por não se limitarem a definir o grau de utilização de um certo equipamento, elas referem-se às diferentes formas alternativas de manter a riqueza. Enquanto a decisão do quanto produzir significa a “administração” de um dado estoque de equipamentos, a decisão do quanto e em que investir remete à possibilidade de ampliar e/ou transformar este mesmo estoque. Os empresários, por serem detentores dos meios de produção e terem acesso aos recursos financeiros existentes, podem va-

lorizar os seus recursos de distintas maneiras alternativas, dispondo de uma série de aplicações possíveis que vão desde o investimento em bens de capital até aplicações financeiras de altíssima liquidez. Dependendo de que opção façam, as decisões empresariais de investir impactarão diferentemente nos níveis de renda e, conseqüentemente, nos de produção e emprego.

Coloca-se regularmente para o empresário, portanto, a necessidade de tomar decisões alternativas sobre a forma em que vai reter sua riqueza, havendo uma série de opções entre as quais ele deve se posicionar (escolher). E o elemento estratégico para tomar sua **decisão** é a **previsão** que faz quanto aos rendimentos futuros que pode obter a partir da aquisição de um certo bem (ou um conjunto de bens). Sua **decisão** depende, assim, do **cálculo** sobre as formas alternativas de valorização das quais pode dispor, cálculo este que remete, fundamentalmente, às suas expectativas sobre o futuro.

Além disso, porém, cada empresário deve dispor, para concretizar o investimento, de recursos financeiros que lhe permitam fazer adiantamento de gastos. Estes recursos podem ser obtidos seja através da emissão de títulos, seja através de empréstimos tomados aos bancos¹⁷. De qualquer forma associa-se, a um fluxo de rendimentos **esperados**, um fluxo de débitos **contratados**. E para que o investimento tenha continuidade ao longo do tempo é preciso que o primeiro seja suficiente para saldar o segundo.

A questão do tempo coloca-se, portanto, mais uma vez como crucial ao entendimento da dinâmica econômica. Similarmente às decisões de produzir, as decisões de investir baseiam-se em cálculos sobre o **futuro incerto**, exigindo, da mesma forma, que os empresários encontrem formas de contornar a incerteza e façam suas escolhas (decisões). A adoção de um **comportamento convencional** impõe-se como única forma de, apesar da incerteza própria ao funcionamento das economias capitalistas, evitar que esta seja um caos.

A convenção baseia-se em dois pontos principais: primeiro, como foi visto, na projeção do que aconteceu no passado recente como bom indicador do que vai acontecer no futuro, exceto se se esperam mudanças relevantes no ambiente econômico; segundo, levando em conta não a opinião individual sobre o que vai acontecer (pois estas pouco significam, devido à interdependência entre as decisões individuais), mas a opinião da média ou da maioria dos agentes. Assim, decisões de investir devem basear-se não só no passado re-

cente, mas também procurar seguir a média das opiniões dos agentes sobre o que os demais vão fazer. E as economias capitalistas desenvolvidas fornecem, ininterruptamente, indicações sobre estas expectativas médias dos agentes, através de pregões de bolsas de valores, publicações de índices e revistas especializadas, etc, viabilizando a formação de convenções.

Formuladas, então, suas expectativas convencionais, o empresário cria um certo **estado de confiança**¹⁸ sobre elas, e pode "calcular" o rendimento esperado que determinado investimento pode lhe proporcionar. Com isto, pode fazer o cortejo das formas alternativas de utilização de seus recursos e tomar sua decisão.

Podemos agora — voltando ao nosso objetivo — observar como esse padrão de racionalidade na tomada de decisões (convencional), que determina a forma de alocação da riqueza na sociedade, é frágil o bastante para trazer em si o germe da **instabilidade** capitalista. E a potencialidade da instabilização dos gastos em investimento se anuncia desde a própria forma contraditória que assume este padrão, pois, embora tenha por base o desejo de ganho **individual**, tem por instrumento a opinião média da **maioria**, no processo de formação da convenção. Além disso, nos próprios mecanismos de financiamento que dão acesso aos bens de investimento reside, como veremos, um forte elemento instabilizador dos níveis de atividade da economia.

As decisões de investir têm caracteres próprios que as fazem diferentes das de curto prazo. Por um lado, implicam a imobilização de um volume grande de recursos por um tempo longo, e, por outro, são decisões não facilmente reversíveis num curto espaço de tempo sem grandes perdas. Isto dá um conteúdo qualitativo às expectativas de longo prazo associadas a estas decisões que as fazem diferentes daquelas relacionadas às decisões de produção.

Quando um empresário decide investir, ele está fazendo uma "aposta" sobre os ganhos futuros que pode obter com esta decisão. Mas como esta decisão implica comprometimento de recursos por algum tempo e como o futuro é incerto (e portanto sujeito a mudanças súbitas), qualquer acontecimento que ameace mudar as condições vigentes na economia abalará o estado de confiança depositado nas suas expectativas sobre o futuro. Não há necessidade nem mesmo que tal ameaça se concretize (bastando apenas que exista a suspeita, o receio) para que a convenção adotada deixe de

ser uma boa base para a tomada de decisões e, portanto, as instabilize. E, na falta de confiança nas previsões de ganhos futuros, o investimento se retrai. Desta forma, as decisões de investir são tomadas em bases sempre **precárias**, sujeitas, assim, a mudanças súbitas e violentas. A razão dessa precariedade do cálculo capitalista está na **impossibilidade de eliminação da incerteza quanto ao futuro**, que pode apenas ser contornada pela adoção de comportamentos convencionais.

Um processo expansivo é acompanhado de avaliações positivas — por parte das empresas e dos bancos — quanto aos fluxos de rendimentos futuros que possibilitarão a geração de lucros e o pagamento dos compromissos financeiros, levando à exacerbação das relações de débito e crédito entre aqueles agentes. Quando, porém, por algum motivo, quebra-se a confiança que os empresários depositam nas suas expectativas, tudo que segue daí também é abalado. Caem os rendimentos esperados e, conseqüentemente, cai também o nível de investimento realizado. Aquelas avaliações iniciais mostram-se, assim, excessivamente otimistas em relação à situação presente. E basta apenas que alguns daqueles compromissos financeiros assumidos não sejam saldados para que haja uma rápida reavaliação — por parte dos bancos — sobre a oportunidade de continuar emprestando recursos para financiar novos investimentos ou refinar dívidas passadas. Esta situação levará, na ausência de qualquer força compensatória, a um processo de deflação de débitos e, portanto, de desvalorização dos ativos¹⁹. Se isto ocorre em um mercado, rapidamente repercutirá em outros e, cumulativamente, na economia como um todo. Os agentes passam a direcionar seus recursos para a aquisição de bens e ativos que permitam ainda um mínimo de segurança quanto a seus rendimentos futuros (sejam títulos, imóveis ou ouro), e se a confiança mesmo nestes também for abalada, haverá um aumento na preferência pela detenção de riqueza na sua forma mais líquida — a moeda. Ou seja, o rompimento da convenção provoca o aumento da incerteza e um rearranjo na forma de reter riqueza por parte dos agentes, o que pode ter efeitos negativos no nível de investimentos e, portanto, no nível de atividade da economia.

Assim, na própria forma que a decisão de investimento assume num ambiente de incerteza (inerente às economias capitalistas), baseando-se numa convenção que pode ser subitamente rompida, já se inscreve a possibilidade da reversão e da instabilidade. Isto não quer dizer, entretanto, que o

sistema seja caótico ou totalmente anárquico. O próprio fato das decisões serem tomadas no interior de uma dada estrutura de mercado e a existência de uma incerteza irremovível quanto aos seus resultados futuros obrigam os empresários a assumirem comportamentos convencionais, dando um certo ordenamento à economia. Porém, como as bases para a convenção são frágeis, qualquer reavaliação sobre o que pode acontecer no futuro a torna inócua, instabilizando o sistema até que se estabeleça uma nova base convencional para a tomada de decisões.

O padrão de racionalidade individual no capitalismo, portanto, está associado à necessidade de tomar decisões tendo em vista o futuro incerto. E, a partir daí, pode-se inferir o padrão temporal de comportamento do sistema, do qual resulta seu caráter potencialmente instável. As economias capitalistas não só não apresentam uma trajetória para o equilíbrio como, em princípio, todas as trajetórias são possíveis. Desta forma, fica evidente seu caráter não estático, já que afastadas as idéias de repouso ou equilíbrio.

5. RESUMO E CONCLUSÃO

O objetivo que norteou o desdobramento da exposição foi o de tomar o objeto aqui tratado — as economias capitalistas — e observar, a partir de suas próprias características, quais os componentes essenciais para sua análise ao longo do tempo. Evitamos considerar este movimento como dado e a partir daí decompô-lo analiticamente em suas partes porque, embora a dinâmica econômica se **apresente** como um fenômeno único, ela tem determinantes distintos. Assim, optamos pelo caminho inverso: “olhar” para o objeto e determinar, teoricamente, quais os principais componentes para o entendimento de seu movimento ao longo do tempo.

Identificamos — a partir do caráter mercantil das economias capitalistas — qual seu elemento mais dinâmico (as decisões de gasto), em relação direta com seu grau de autonomia, por um lado, e sua capacidade de irradiação de estímulos na economia, por outro. Vimos, em seguida, que tais decisões se apresentam sob formas qualitativamente distintas aos agentes que as tomam regularmente: ora como decisão do quanto produzir, dado um certo estoque de equipamentos; ora como decisão do quanto (e em que forma) adicionar riqueza — investimento. Propusemo-nos, então, a analisar

quais trajetórias temporais dos níveis de atividade estariam associadas a cada uma dessas decisões de gasto.

Das decisões de produção (curto prazo) foi salientada sua dependência em relação aos gastos em investimento, que, em última instância, determinam (ao realizar ou não a produção decidida num dado momento) as expectativas de ganho num período seguinte e, portanto, as novas decisões a serem tomadas.

Por conta disso, elegemos os gastos em investimento como sendo o elemento dinâmico fundamental do movimento das economias capitalistas, capaz, portanto, de explicar as trajetórias temporais próprias a seu funcionamento.

Identificamos, então, qual o padrão de racionalidade associado às decisões de investir, definindo-o — em função da interdependência entre os agentes e, portanto, da incerteza quanto ao futuro — como um padrão potencialmente **instável**. Ou seja, como as bases em que está apoiado são frágeis, este padrão pode ser subitamente rompido, levando à instabilização dos níveis de investimento, de renda e, por extensão, dos de produção e emprego.

A instabilidade pode ser compreendida, assim, como um conceito que expressa o padrão de comportamento dos agentes numa economia capitalista. Ainda que, por um acaso — e apenas por um extremo acaso —, a economia se encontrasse numa situação de “equilíbrio”, em que todos os agentes se julgassem “satisfeitos” com suas posições, nada haveria a garantir que esta situação permanecesse num período seguinte. A **instabilidade** coloca-se como uma potencialidade que é inerente ao próprio funcionamento de uma economia capitalista, estando estreitamente relacionada com os determinantes da variável de gasto mais dinâmica do sistema: o investimento.

Para apreender totalmente o caráter dinâmico das economias capitalistas, porém, é preciso avançar em relação ao conceito de instabilidade. A **dinâmica** remete à existência de trajetórias temporais dos níveis de atividade da economia, e o estabelecimento de um padrão de comportamento é insuficiente para determinar tais trajetórias; essas vão se configurar a partir do funcionamento desse padrão de comportamento ao longo do tempo, sob dadas condições²⁰. O padrão de comportamento, contudo, **precede logicamente** a determinação dessas trajetórias específicas, e a **instabilidade** a ele associada é um referencial teórico mínimo que deve ser compatível com uma teoria da dinâmica econômica²¹.

NOTAS

1. Para uma discussão sobre as distintas abordagens existentes em relação aos conceitos fundamentais à compreensão do comportamento macroeconômico das economias capitalistas, ver S. Dow, **Macroeconomic Thought: A Methodological Approach**, New York, Brasil Blackwell, 1985.
2. J. Robinson, "Foreword", in A. Eichner (ed.), **A Guide To Post-Keynesian Economics**, London, Macmillan, 1979, p. xvii.
3. Por pós-keynesianos entendem-se aqueles economistas que fizeram a crítica do pensamento econômico hegemônico das décadas de 50 e 60, que, embora pouco tivesse verdadeiramente em comum com as idéias originais de Keynes, era conhecido como "economia keynesiana" ou, segundo J. Robinson, "keynesianismo bastardo". A estratégia pós-keynesiana baseou-se na volta aos textos do próprio Keynes, numa tentativa de repor a originalidade de sua concepção acerca do funcionamento das economias capitalistas. Dentre as obras seminais dos "fundamentalistas", como também são chamados, é obrigatório citar: G. Shackle, **The Years of High Theory**, Cambridge, Cambridge University Press, 1967; J. Robinson, **Economic Heresies**, New York, Basic Books, 1971; P. Davidson, **Money and the Real World**, London, Macmillan, 1972; H. Minsky, **John Maynard Keynes**, New York, Columbia University Press, 1975; V. Chick, **Macroeconomics After Keynes. A Reconsideration of The General Theory**, London, Philip Allan, 1983. Para um resumo das principais idéias pós-keynesianas, ver F. Carvalho, **Fundamentos da Escola Pós-Keynesiana: A Teoria de uma Economia Monetária**, Rio de Janeiro, IEL-UFRJ, texto para discussão n. 176, 1988.
4. Principalmente Marx e Kalecki. É evidente que os desdobramentos analíticos das várias dimensões da dinâmica econômica — não cabíveis no âmbito deste artigo — exigiriam a inclusão de outros autores, tais como Schumpeter e Steindl. Para um desenvolvimento original de uma teoria da dinâmica econômica — compatibilizando estes e outros autores — ver M. Possas, **A Dinâmica da Economia Capitalista. Uma Abordagem Teórica**, São Paulo, Brasiliense, 1987.
5. K. Marx, **O Capital**, São Paulo, Ed. Abril, 1983, livro I, caps. 1, 2 e 3.
6. A sociabilidade não é dada a priori, seja por alguma função utilidade; seja pela forma valor trabalho. Tanto a abordagem neoclássica (a

primeira) quanto a **ricardiana** ou pretensamente **marxista** (a segunda) **presupõem** uma substância que torna as diferenças entre as mercadorias comparáveis entre si, e, portanto, comensuráveis. "Em ambos os casos, o princípio de homogeneidade precede o ato de troca efetiva", quando, ao contrário, é a própria necessidade da troca que deve ser concebida como um processo de sociabilização. É por meio dela que os agentes, ao concentrarem o desejo de apropriação pela mercadoria alheia numa mercadoria específica — a moeda —, criam um espaço de sociabilidade entre si. Cf. M. Aglietta e A. Oriéan, **A Violência da Moeda**, São Paulo, Brasiliense, 1990, cap. 1. Primeira edição em francês, 1982.

7. M. Possas, **op. cit.**, p. 51.

8. **idem**, cap. 1.

9. J. M. Keynes, "The Monetary Theory of Employment", in D. Moggridge (ed.), **The Collected Writings of John Maynard Keynes**, vol. xxix, London, Macmillan, 1979, pp. 63-64.

10. J. M. Keynes. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro**, São Paulo, Ed. Abril, 1983, cap. 3. Primeira edição em inglês, 1936.

11. J. M. Keynes, "A Teoria Geral do Emprego", in T. Szmrecsányi (org.), **Keynes**, São Paulo, Ed. Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 1978, p. 171.

12. "(...) o tomador de decisões acredita na possibilidade de que a escolha de um curso de ação pode alterar as circunstâncias existentes de tal modo que a restauração rápida da situação anterior, se os resultados mostram-se indesejáveis, é excessivamente custosa, se não impossível". P. Davidson, **op. cit.**, p. 15.

13. J. Robinson, "Foreword", in A. Eichner, **op. cit.**, p. xii.

14. J. M. Keynes, **op. cit.**, p. 45.

15. Ver textos da **Teoria da Regulação**, principalmente M. Aglietta, **Régulation et Crisis du Capitalisme**, Paris, Calmann-Lévy, 1976 e R. Boyer, **La Théorie de la Régulation: Une Analyse Critique**, Paris, Editions La Découverte, 1986.

16. J. M. Keynes, "Ex-Post, Ex-Ante", in D. Moggridge, **op. cit.**, vol. xiv, pp. 179-183.

17. V. Chick, **op. cit.**, p. 199.

18. J. M. Keynes, **op. cit.**, cap. 12.
19. H. Minsky, "The Financial Instability Hypothesis: An Interpretation of Keynes and an Alternative to 'Standard' Theory", in H. Minsky, **Can "it" Happen Again? Essays on Instability and Finance**, New York, M. E. Sharpe, 1982.
20. Ver M. Possas, **op. cit.**, especialmente caps. 2 e 3, onde são analisados dois componentes dinâmicos das economias capitalistas — o ciclo e a tendência —, os quais configuram trajetórias dos níveis de atividade da economia, respectivamente sob uma dada estrutura e sob uma estrutura em transformação.
21. *idem*, cap. 1.